

LE BRÉSILIEN COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: GESTOS DE NOMEAÇÃO DA LÍNGUA DO OUTRO

Jocenilson Ribeiro¹
Virginia Rubio Scola²

REFLEXÃO INTRODUTÓRIA*

Que o Português Europeu (PE) se difere em aspectos constitutivos internos e externos do Português Brasileiro (PB) isso já é consenso na comunidade acadêmica, nos dois países (mesmo entre os leigos no assunto), face às inúmeras pesquisas já desenvolvidas. Contudo, isso não é suficiente para se definir como sendo duas línguas distintas, como é o espanhol e o catalão na Espanha, o português e o galego na Região Ibérica, o *lenga d'òc* (occitano) e o francês na cidade de Toulouse, França. Não se pode desconsiderar, por outro lado, a língua denominada como *português* nos outros 10 países que a têm como oficial (sendo 8 deles membro da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* – CPLP) (OLIVEIRA, 2013) – as reflexões sobre as diferenças entre os “dois *português*” (PE e PB). Tanto no nível do **enunciado linguístico** (a língua em sua constituição fonético-fonológica, morfológica, sintático/sintagmática etc.) quanto no da **enunciação** (contemplando espaço de enunciabilidade, sujeito e história), estas discussões são ainda amplas, complexas e mantêm-se ainda abertas, mesmo depois de frutíferos trabalhos³ em torno da comparação/descrição entre os idiomas transatlânticos, evidenciando traços peculiares de suas histórias nas continuidades e descontinuidades, a exemplo do projeto *História da Língua*

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tem experiência em ensino de língua portuguesa PLE/PLA; desde 2010, vem atuando como avaliador do Exame Celpe-Bras, credenciado no Posto Aplicador UFSCar. Seus trabalhos têm se voltado para análise do discurso, semiologia histórica, história das representações sobre as línguas e a linguagem em materiais didáticos (materna e estrangeira). (jonuefs@gmail.com)

² Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Professora da Universidad Nacional de Rosario (UNR – Argentina), doutoranda na Universidade de Buenos Aires (UBA – Argentina), Bolsista da Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (ANPCyT). Tem se debruçado na Análise do Discurso, em reflexões históricas e epistemológicas da história da linguística no Brasil e na Argentina. Atualmente, realiza uma pesquisa glotopolítica sobre o ensino de línguas no contexto do Mercosul e da Argentina. (virginrubio@gmail.com)

* Registramos aqui nossos mais sinceros agradecimentos à amiga francófona do Congo Kingungu Betty Nzey por ter nos provocado em boa parte das reflexões que se apresentam aqui, fornecendo-nos alguns textos onde o fenômeno tem se materializado e, ao mesmo tempo, lendo o texto e pondo-nos algumas perguntas inquietantes.

³ Ressalvadas as diferenças teórico-metodológicas, referimo-nos sobre esse aspecto aos trabalhos de Castilho (1998), Mattos e Silva (2001; 2008) Lucchesi (1998, 2006), Bagno (2001) no que tange a perspectivas históricas, historiográficas e sociolinguísticas do português brasileiro, bem como os de Orlandi (1994, 2002, 2009), Guimarães(2005), Mariani (2004) e Zoppi-Fontana (2009, 2010) para uma história das representações metalinguísticas e discursivas da *língua nacional e oficial do Brasil*, particularmente sobre o que estes autores discutem nos textos que aqui fazemos referências.

Portuguesa (PROHPOR) liderado pela professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), hoje linguista falecida.

Neste artigo, voltamo-nos a uma nova perspectiva sobre o modo como se nomeia a língua numa reflexão traçada a partir de um olhar histórico, partindo da noção de representação e discurso sobre as línguas. Certamente que tal perspectiva nem seja tão nova assim, uma vez que já decorrem séculos de nomeação e apropriação dos constituintes legítimos da cultura dos povos latinoamericanos, entre os quais os ditos *índios* e *originários*, seja por nós mesmos que carregamos em nossas práticas e discursos pré-construídos e memórias de colonização (MARIANI, 2004), seja pelo europeu que guarda uma certa herança mnemônica que os autolegitima como nomeadores desse “novo mundo”, em uma visão cristã, ou *tristes trópicos*, desde um olhar etnográfico. Por constituinte legítimo de nossa cultura latinoamericana (definida em sua identidade sempre heterogênea), tomamos aqui como exemplo a língua por onde se veiculam saberes e legitimam discursos sobre sujeitos, povos, lugares e sobre ela mesma.

Por outro lado, o que há de recente, nessa abordagem, é a reflexão que pretendemos desenvolver a partir da seguinte questão norteadora: *como a língua portuguesa falada no Brasil é nomeada no espaço de enunciação francês?*

Como espaço de enunciação, a partir dos trabalhos de Guimarães (2002, 2006), compreende-se o espaço político de funcionamento de uma dada língua e, ao mesmo tempo, o modo de distribuição dessa língua em relação às outras que, em geral, figuram-se nesse espaço numa relação desigual, litigiosa, com uma *língua oficial, língua franca, língua nacional, língua materna*, caracterizando um povo, uma sociedade e/ou um Estado. É importante destacar que tal espaço não se restringe ao domínio geográfico, político-administrativo apenas ou empírico-físico, mas pelo lugar em que a língua é afetada, em seu funcionamento, por condições históricas e sociais determinadas em relação com seus falantes (seja brasileiro ou estrangeiro).

A glotopolítica tem se debruçado neste aspecto em relação ao estudo de como as línguas explícita ou implicitamente são oficializadas, marginalizadas, recuperadas, ensinadas etc. Esta disciplina, que parte das reflexões de Marcellesi e Guespin (1986) retomadas por Arnoux (2008a) em pesquisas sobre a América Latina, consiste em estudar discursivamente as ações da sociedade sobre a linguagem e as línguas. Neste caso trata-se da sociedade francesa atuando (nomeando) a língua oficial do Brasil.

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve reflexão sobre a maneira como o nome da língua portuguesa vem sendo apresentado no espaço de enunciação francês, portanto – fora do espaço de enunciação brasileiro – identificando os lugares em que essa nomeação se materializa⁴.

1. EXPERIÊNCIA E ESTRANHAMENTO SOBRE O MODO DE NOMEAR O PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL

A questão que aqui nos serve de norte poderia ser estendida também ao que diz respeito a outros espaços de enunciação e de onde é possível nomear diferentes línguas, como a anglofonia, a lusofonia, italoфония, hispanofonia etc., havendo em comum o mundo europeu como *historicamente determinado [por si mesmo]* na posição de *nomear>enunciar>acontecer* o “outro”, agir sobre a língua do outro, apropriando-se de diferentes materialidades para este fim. E estas materialidades vindo a se constituir em determinados gêneros discursivos (bilhete, *e-mail*, livros e manuais didáticos, gramáticas, dicionários; métodos de idiomas, anúncios de empregos, propagandas de curso de línguas etc.).

Os países latinoamericanos adotaram uma política monolíngue que considerou a língua do europeu como língua oficial, apagando toda presença de outras línguas, seguindo o esquema uma língua=uma nação. Com a globalização, a situação das línguas tem mudado devido à massiva e instantânea comunicação planetária, aos diferentes organismos supranacionais resultado de uma reorganização do mundo em função de interesses de multinacionais e proteção das economias nacionais (ARNOUX, 2008b). Desta forma, as fronteiras tornam-se permeáveis e mudam as relações entre línguas e nações, complexificando os espaços de enunciação.

Assim, além da complexidade dessa questão e dos gêneros onde o fenômeno se manifesta – o que envolve um levantamento de dados, aprofundamento das bases teórico-metodológicas específicas, definições de objetivos, modelos comparativos de descrição, tempo de investigação e tratamento de dados com maior acuidade – acreditamos que esse estudo, embora bastante promissor, fugiria da proposta inicial que suscitou a questão ora posta.

O problema, por outro lado, nasceu então do que podemos compreender por experiência intercultural promovida no encontro da *percepção* com o *estranhamento*⁵ quando fomos

⁴ Esse trabalho, desenvolvido a quatro mãos, vem se delineando a partir de outras questões diretamente relacionadas aos campos teórico-metodológicos da Análise do discurso, da glotopolítica e da história das ideias e das representações sobre as línguas e as linguagens. Posteriormente, apresentaremos os resultados mais conclusivos quando do avançar das pesquisas motivadas por esse tema. Por ora, apresentamos as reflexões que giram em torno da problemática de onde emergiram.

estrangeiros (o “outro”) no espaço de enunciação francês (lugar do “eu”), deparando-nos constantemente com o nome que assumiram como sendo o da *língua que falam(os) os brasileiros*.⁶

Os primeiros estranhamentos surgiram, pois, da percepção de uma certa regularidade nas formas de referir-se ao Brasil, na França, havendo um destaque para o aspecto linguístico dentre o universo temático definido mais amplo como *cultura, gentílico, política, língua, povos mestiços, carnaval, manifestações culturais, música, futebol, Copa do Mundo, praias, natureza etc.*

Evidentemente as formas de nomeação não estão isentas da imagem que se faz sobre o “outro” (e o lugar do “outro”) e, nesse sentido, os estereótipos que tal imagem possa refletir, traduzir e/ou perpetuar. A propósito da representação do nome da língua, tal percepção surgiu de constatações iniciais:

i) relações interpessoais e cotidianas a partir das situações em que se escutou a expressão *le brésilien*, em conversas espontâneas, por exemplo;

ii) da constatação de busca por cursos particulares de português (PLE), seja por franceses seja por estrangeiros na França, em sua maioria a procura da variante brasileira, valendo-se de bilhetes em murais de universidades, restaurantes universitários e outros ambientes coletivos, sob o rótulo “*échanges linguistiques*” (Fig. 1)⁷; e

⁵ Essa discussão pode ser aprofundada com a tese de Souza (2007) num viés antropológico e psicanalítico. Suas reflexões, portanto, nos remetem à ideia de que, num diálogo intercultural, inconscientemente os sujeitos são interpelados pelos sentidos que lhes constituem na experiência e no estranhamento no e do espaço do outro.

⁶ Não é nosso objetivo aqui, nesse momento, refletir sobre a diversidade e heterogeneidade do português como língua nacional e oficial no Brasil – bem como as questões que envolvem variação e mudança, registro formal e coloquial de uma mesma língua, por um lado; a língua portuguesa falada no Brasil como língua materna, em situação de bilinguismo, multilinguismo, língua franca, língua de fronteira, por outro lado, situando, pois, as diferenças de cada uma dessas noções e explicitando suas implicações no panorama conceitual para compreensão do lugar onde se situa a problemática. A esse respeito, os trabalhos dos autores mencionados na nota 3 têm, de certo modo, respondido a várias dessas questões. Acreditamos que uma reflexão nesse sentido possa ajudar na compreensão da complexidade a respeito dos modos como se define o *português brasileiro* em sua divisão política (GUIMARÃES, 2002) dentro do espaço de enunciação brasileiro definido por linguistas especialistas nesse campo, mas também por falantes (brasileiros e estrangeiros) – uma definição de língua do ponto de vista científico, identitário, mas também, num viés intercultural (MENDES, 2011), nesse último aspecto avaliando como o estrangeiro concebe a língua portuguesa aprendendo-a, falando-a, convivendo *com*, em situação real de imersão.

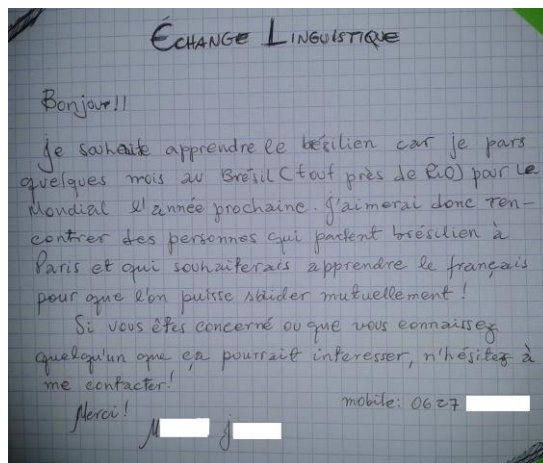
⁷ Tradução nossa: “*INTERCÂMBIO LINGUÍSTICO: Olá !! Eu quero aprender o **brasileiro**, pois estou partindo para o Brasil em alguns meses (próximo ao Rio de Janeiro) para a Copa no próximo ano. Amaria então encontrar pessoas que falem **brasileiro** em Paris e que queiram aprender o francês para que a gente possa ajudar um ao outro! Se você estiver de acordo ou se conhece alguém que possa se interessar, não deixe de me contatar! Obrigado! Celular: 06 27 XX XX XX / M.J.*” (grifos nossos).

iii) listas informais de nomes de línguas onde, curiosamente, se destacava *le brésilien* como sendo a língua do Brasil. Somente mais tarde é que notamos esse fenômeno também na internet, livrarias e bancas de revistas.

Apenas a título de ilustração, listamos a seguir os enunciados mais comuns. Na seção de análise, retomaremos alguns desses exemplos.

- (1) *Tu parles le brésilien !*
- (2) *Les brésiliens parlent le brésilien...*
- (3) *Le brésilien est doux d'entendre.*
- (4) *Le portugais, c'est une langue bizarre ; je préfère le brésilien.*
- (5) *J'ai envie d'apprendre le brésilien pour aller au Mondial 2014.*
- (6) *J'ai appris quelques mots en brésilien : obrigado, bom dia, tudo bem ?*
- (7) *Je connais une chanson de Michel Teló... je chante en brésilien : « ai se eu te pego, ai ai se eu te pego ! »⁸*

Figura 1: Bilhete para programa informal de *Échange Linguistique*



Fonte: Imagem – Arquivo J. Ribeiro (2012). Local: Maison du Brésil, Paris.

2. O GESTO DE NOMEAÇÃO, UMA PRÁTICA DAS RELAÇÕES DE PODER

A nomeação sempre foi uma questão delicada em matéria de linguagem porque suscitou infindáveis debates filosóficos que vêm desde os clássicos gregos. Qual a relação entre linguagem (abstração) e mundo empírico (realidade), o real e a metáfora, as palavras e as coisas? Na história da filosofia da linguagem, muitos trabalhos foram desenvolvidos a partir de problemas dessa ordem, partindo de Platão e Sócrates com o problema do *nome*, F. Saussure (2006) com a *teoria do valor* e da *arbitrariedade do signo* ou, concentrando-se nas ideias de M. Foucault (1999), através da história das *epistèmes*⁹. O que é essencial para nós, diante do problema da nomeação, é o fato de que esse é um assunto que coloca em cheque o conceito de verdade, de identidade e de história, além do modo como as sociedades produziram e conceberam esses conceitos.

Por exemplo: Brah (2006 apud MOREIRA, 2010, p.2916) afirma que “o termo “negro” adquire significados diferentes de acordo com o lugar no qual ele é empregado. As palavras e seu

⁸ Referência à música do cantor Michel Teló “*Ai se eu te pego*”, disponível em: <http://letras.mus.br/michel-telo/1930299/>. Acesso em: 03 jan. 2015.

⁹ Sobre esses autores, especificamente essas questões, sugerimos as obras: PLATÃO (2001); SAUSSURE (2006); FOUCAULT (1999); MOREIRA (2010).

uso estão condicionados a regras, como em um jogo, e que são regras estabelecidas mediante um acordo e tidas convencionalmente na língua em uso.” Sabemos que a *convenção* de que trata a autora não se dá em um *simples acordo* entre indivíduos *harmoniosamente*, muito menos depende da categoria de *lugar* e o *modo* como o termo “negro” é empregado – ainda que estas sejam categorias importantes – na constituição de sentidos.

A análise do discurso, por seu turno, vai defender que esse é um problema relativo às condições de produção dos discursos, a partir de uma formação ideológica dada (PECHEUX, 1995), ou na acepção de discurso foucaultiana, as palavras assumem sentidos diferentes tendo em vista as relações de poder existentes entre sujeitos inscritos em uma dada formação discursiva (FD) e a partir das posições que os sujeitos assumem em lugares socialmente definidos na FD. Por inscreverem-se na história, as palavras carregam em si uma memória e, ao mesmo tempo, um esquecimento produzindo uma ideia de sentido único e original, uma verdade já posta.

O ato de nomear, portanto, não deixa de ser um problema discursivo, porque mais do que uma simples convenção, é tensão e diferença provocadas pela *identidade* de uma coisa (uma ideia, um conceito, um povo, uma cultura, uma nação etc.) que por sua natureza e historicidade pode ser variável, polissêmica ou heterogênea, segundo diferentes pontos de vista. Se nomear é um problema discursivo, atribuir o nome ao “outro” (a língua dele/a cultura dele) é subjetivá-lo mediante os saberes que o “eu” carrega, historicamente, sobre ele. No enunciado (02), entre os que elencamos acima, o enunciador na língua francesa parece não ter dúvida entre o uso da palavra *brésilien*, numa mesma formulação, para identificar tanto a língua quanto a nacionalidade daquele que fala o português brasileiro como língua materna, ainda que o termo “português” não saia de sua boca¹⁰, salvo exceção. Isso já é tão espontâneo para eles quanto o é para nós ao dizermos “Os franceses falam o francês” (mas isso é óbvio! Na evidência de uma nação = uma língua). Esses conceitos (língua e povo/do Brasil) já lhe são estáveis, já lá, já ditos.

Fazendo justo um exercício a contra senso, haveria o mesmo efeito de sentido se disséssemos “Os belgas falam o belga” ou “Os quebequenses falam o quebequense”, ainda que

¹⁰ Aqui valemo-nos de um clássico exemplo de como funciona esse conceito quase estabilizado e emitido de forma espontânea na voz do falante francês na França. Na ocasião de uma conferência no colóquio *Nuit Sartre*, promovido pela École Normale Supérieure, em 7 de junho de 2013, tendo o cantor Gilberto Gil como conferencista, naquela noite, ao lhe por uma questão a respeito da versão brasileira da música “*No woman no cry*”, de Bob Marley (interpretada por Jimmy Cliff e o baiano), um interlocutor argelino balbucia a primeira sílaba do nome da língua: “...*en por...por...en brésilien*” ao que Gilberto Gil, completa “...*en portugais, ouil!*”. Disponível em: < <http://plus.franceculture.fr/gilberto-gil-sartre-et-le-bresil>>. Acesso em: 29 dez.2014.

estes dois grupos falem uma variante do francês? Certamente não. Enunciados desse tipo trazem em si uma historicidade que lhe é própria. A relação do Canadá com a França não é a mesma que a da Bélgica com a França para o processo de constituição das línguas; no mais, naqueles dois espaços de enunciação, existe a questão da relação com outras línguas (no Canadá: inglês, francês [oficiais], línguas originárias e língua de imigrantes; na Bélgica: francês, flamengo, alemão [oficiais] e línguas de imigrantes).

Outro dado curioso a se pensar é que os países que fazem fronteira com o Brasil, a maioria deles de língua oficial espanhola, em processo de integração econômica, política e cultural, não nomeiam a língua do Brasil como “*brasileiro/brasileño*”, sendo que neste contexto poderia ter se estabelecido uma identificação maior com o Brasil que, de fato, se estabeleceu, mas não afetou a forma de nomear a língua e, por exemplo, não se fala em defender o ensino do “brasileiro”. Não se instaurou essa nomeação. Trata-se de outra conjuntura, na qual, talvez, as medidas de ensino de português passam por iniciativas políticas: leis, acordos, tratados que devem respeitar o nome da língua. Mesmo assim, no ensino turístico, na mídia e em ambientes de lazer continua sendo nomeado como “português” ou “português do Brasil”.

Por fim, os discursos que estão diretamente atrelados ao ato da nomeação da língua portuguesa do Brasil fazem parte de um imaginário de saberes a respeito do Brasil que impelem o enunciatador no espaço francês dizer que falamos uma língua diferente dos portugueses. Há, enfim, uma questão da ordem da identidade, da diferença.

M. Foucault, em vários de seus trabalhos, defendeu a ideia de que é preciso recusar uma espécie de rótulo homogeneizante, totalizador e com identidade única que as sociedades, ao longo da história, nos têm imposto. A esse respeito, Santos (2015, p. 35) afirma:

A tarefa impetrada por Michel Foucault em suas análises arqueológicas [...] deve ser desenvolvida numa perspectiva filosófica e histórica inseparavelmente. Com aquela é preciso compreender o nosso mundo, analisando-o de maneira crítica as diferentes linguagens onde se materializam tais relações no plano simbólico-institucional, a exemplo da forma como se constituem as relações de poder e saber na instituição escolar. Com a análise histórica, através dos discursos e das práticas, a tarefa é entender quem fomos ontem (quem fomos no passado?, o que fizemos?) e recusar a identidade individualizante e totalizante que nos tem sido imposta até agora.

Eis uma tarefa difícil. Mas é preciso estar atento aos discursos sobre a língua, primeiro porque identificá-la como homogênea é apagar sua heterogeneidade e as outras com as quais

coexistem; segundo porque identificá-la nesse sentido é também atribuir a seus falantes uma única verdade histórica, em geral a oficial.

3. REPRESENTAÇÕES DAS LÍNGUAS, QUESTÕES A SE PENSAR

As línguas são sistemas simbólicos e políticos que constituem e formam parte das relações entre sujeitos de forma social e histórica. Portanto, elas cumprem um papel fundamental nos processos de identificação social (me identifico e me diferencio do “outro” por meio da língua). Elas constituem um traço principal das subjetividades de seus falantes que, através delas, determinam relações imaginárias entre eles (pelas variedades de uma mesma língua) e entre os “outros”, aqueles que falam outras línguas. Desta forma, geram-se representações sobre as línguas e as línguas dos “outros” ligadas a determinados imaginários sociais.

Estas representações elaboram-se dentro de um espaço de enunciação que é sempre político porque é nesse espaço que uma dada língua estabelece uma relação de litígio com outras com as quais convivem e/ou silenciam. A identidade de uma língua e o modo como os sujeitos se relacionam com ela determinam sua existência ao passo que também identificam seus falantes. Nas palavras de Guimarães (2006, p. 47-48):

As línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam. Não há língua portuguesa, sem falantes desta língua, e não é possível pensar a existência de pessoas sem saber que elas falam tal língua e de tal modo.

Ou seja, não é possível pensar as línguas sem os seus falantes e, portanto, sem os lugares onde estes sujeitos se apropriam da língua. E nesta mesma linha, afirma Arnoux (2010, p. 35):

Las lenguas no interpelan por su sola presencia a los individuos, es decir, no construyen subjetividades sino en la medida en que estén asociadas a discursividades que son las que les asignan sentido histórico e inciden en la conformación de las identidades colectivas.

É impossível pensar então essas línguas sem os discursos que os sujeitos lhes associam em um determinado espaço de enunciação.

Dito isso, podemos repensar perguntas sobre a forma de nomear a língua portuguesa do Brasil pelos franceses. Em vez de nos questionar como e a partir de que momento histórico foi possível que na França se nomeasse a língua dos brasileiros como distinta da língua dos

portugueses, pensamos estabelecer outro tipo de questões. Assim, evitaríamos uma busca pela origem de um acontecimento histórico “fundador”. Parece-nos então salutar nos questionar: Quais são os discursos que no espaço de enunciação francês se associam à língua do Brasil para diferenciá-la da língua de Portugal? Por que esta diferenciação é tão necessária? Por que na França precisa-se nomear, e de um modo diferente ao estipulado politicamente, a língua do Brasil? Sendo que politicamente nos espaços de enunciação da língua portuguesa (isto é, entre os países de língua portuguesa) busca-se a união desta língua (num gesto por vezes “englobante”), por exemplo, com um acordo ortográfico entre os países, ou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que criou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) – com o objetivo de “promover um contato mais estreito entre os países e suas equipas técnicas, permitindo a execução de uma política linguística consensuada” (CPLP). Ou seja, que esta forma (francesa) de nomeação da língua encontra-se em contradição com os esforços das políticas internacionais de unificação/consenso dos países que compõem a CPLP.

Cabe a reflexão que conduzimos até aqui, resta-nos ainda duas questões: a forma de nomear a língua oficial do Brasil como *le brésilien* consistiria em um modo de “vender” esta língua em detrimento da língua de Portugal? O *brésilien* economicamente é mais rentável, pelas representações que se associam ao Brasil em suas *trocas simbólicas*, se comparado ao português europeu? Talvez esses sejam questionamentos que só venham fazer sentido dos últimos anos para cá quando o PB ganha uma dimensão simbólico-representativa em contexto mundial marcada pelos eventos internacionais e pelas políticas linguísticas promovidas pela CPLP, IILP e SIPLE – *Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira*, ainda que, em nenhum momento, estes três órgãos internacionais apresentem e difundam o conceito de “o brasileiro” para designar o idioma oficial do Brasil.

4. ANÁLISE E COMPREENSÃO DO FENÔMENO

Antes de procedermos com as análises, é preciso explicitar dois aspectos. O primeiro é de natureza conceitual e o segundo metodológico, sem que um seja a oposição do outro.

Em primeiro lugar, na história das ideias linguísticas e nos estudos glotopolíticos em seus diálogos com a análise do discurso (tal como desenvolvemos no Brasil e na Argentina), as antologias, os livros literários, os livros didáticos, as gramáticas, os dicionários, os métodos de

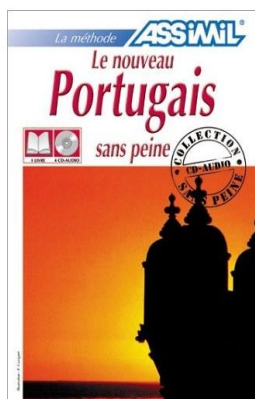
línguas constituem formas de instrumentalização de uma atividade linguística (metalinguística e epilinguística) (AUROUX, 1992) ao passo que isso nos fornece indícios para compreender como determinados discursos emergem e se legitimam como condição de verdade. Essa reflexão surge da noção de enunciado enquanto acontecimento discursivo posto que a língua, mas também outros sistemas semióticos, materializam sentidos, definindo práticas e discursos sobre um determinado saber. É nesse sentido de enunciado que Foucault se pergunta “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (2008, p.30–31). Nesse caso em específico, é preciso compreender tanto as formulações linguísticas quanto cada uma das capas das quais fazem parte, em sua totalidade, como *enunciado*, pois é o lugar onde circula um saber linguístico-cultural sobre o Brasil fora do espaço de enunciação brasileiro.

Em segundo lugar, trata-se do modo como definiremos as escolhas e o recorte, procurando estabelecer leituras por regularidades em meio à dispersão de nosso arquivo. Nessa perspectiva, desenvolveremos três trajetos de análise: a) por oposição/diferença entre as formas de nomeação das línguas; b) pela relação entre o nome da língua do Brasil com os elementos semióticos que materializam um certo imaginário do “eu” sobre o “outro”; c) a nomeação da língua oficial do Brasil a partir de elementos que a definem mediante um sintagma. Vale ainda um esclarecimento que julgamos fundamental: optamos por analisar somente capas de livros didáticos e métodos autodidatas¹¹.

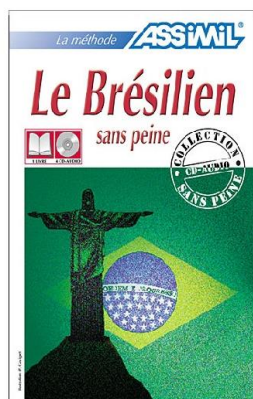
A necessidade dos manuais de ensino em diferenciar a língua portuguesa do Brasil com a língua do Portugal surge pelo fato de atribuir determinadas representações ao Brasil diferentes das representações atribuídas ao Portugal, por exemplo, ilustrado nas capas nas quais se nomeia cada variante por separado, como se se tratasse de duas línguas diferentes. Assim, notamos uma oposição substantiva entre *le portugais* e *le brésilien*, com seus respectivos ícones que identificam Portugal e Brasil, ou seja, as imagens da Torre de Belém (Lisboa), Cristo Redentor (Rio de Janeiro), bandeira e o mapa do Brasil, nas primeiras capas (Figuras 01,02,03 e 04). Por outro lado, o grupo empresarial Studyrama, responsável por produção de material didático e outras atividades

¹¹ Boa parte dessas capas de métodos de línguas e peças publicitárias foi coletada na internet sob motivação de seu grande número em livrarias e bancas de revistas francesas; ainda que existam métodos de português língua estrangeira (PLE) recomendados para cursos de idiomas trazendo em suas capas a expressão “le brésilien”, optamos por estudar, nesse primeiro momento, os livros destinados a auto-aprendizagem, ainda que alguns deles também sejam recomendados para aulas sob orientação de um professor, como é o caso daqueles de autoria de Roberta Tack. Cf. <http://www.robortatack.com/>. Acesso em: 01 dez. 2014.

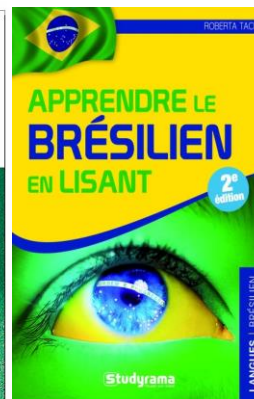
educacionais na França, padroniza as capas em um modelo no qual se encaixam vários manuais de línguas. Neste formato, além do nome da língua, as bandeiras sugerem a nacionalidade e, por consequência, a variante linguística, como se vê nas Figuras 05,06 e 07, onde várias expressões linguísticas são recuperadas para ilustrar tal variante.



(Fig.01)



(Fig.02)



(Fig.03)

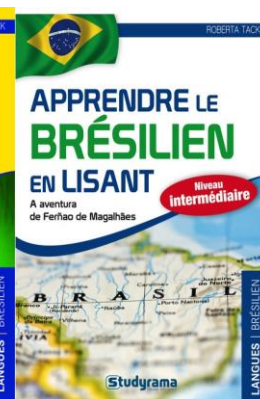


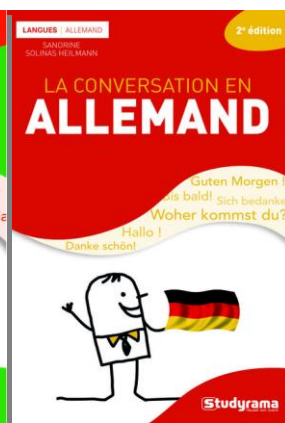
Fig.04)



(Fig.05)



(Fig.06)



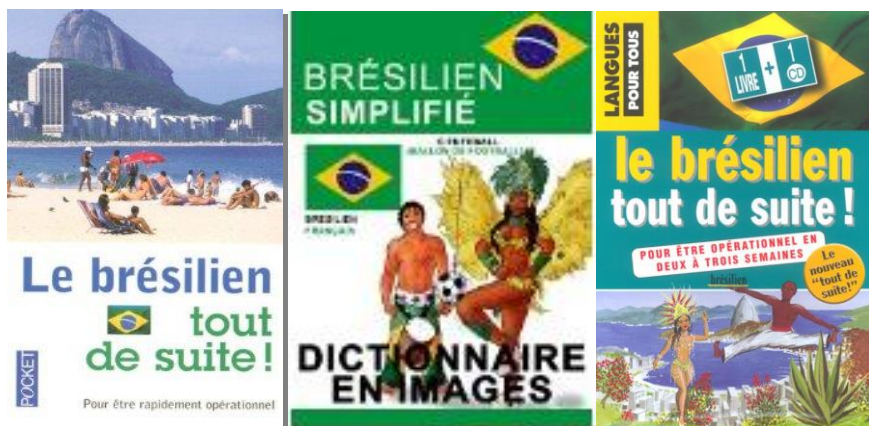
(Fig.07)

Como vimos, utilizando os símbolos pátrios, identifica-se uma língua=uma nação e também um território. A diferença é bem marcada, já que no caso do *brésilien* nem aparece o vocábulo *portugais*. Nesses casos poderíamos pensar que se trata de distinção por países e se faz ênfase na variante de cada país. Deveria acontecer igual quando se trata do ensino de espanhol, porém não temos essa diferenciação marcada ao nomear a língua espanhola enquanto língua oficial do México, do Chile, da Argentina, da Bolívia, do Peru; não existe, respectivamente, *le mexicain*, *le chilien*, *le argentin*, *le bolivien*, *le péruvien*. Acreditamos que no caso do espanhol, deve-se em grande parte à política linguística da Espanha em relação ao Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) e a atual política de pan-hispanismo “unión en la diversidad” (uma língua

= muitas nações) da *RAE-Real Academia Española* (DEL VALLE; VILLA, 2005, ARNOUX, 2015, *no prelo*). Acreditamos que, no caso do português, não se trata de uma simples associação um país=uma língua, mas de determinados imaginários associados ao Brasil que diferem daqueles associados a Portugal.

Isso se torna mais evidente nos casos em que *le brésilien* aparece com as caracterizações do imaginário francês sobre o Brasil, compartilhado com outros estrangeiros europeus. Enquanto as capas acima trazem ícones relacionados ao país, entidade político-geográfica, para nomear a língua, neste segundo conjunto de capas (Figuras: 08 a 12), faz-se uso de elementos da natureza e da cultura brasileiras (a praia, o Pão de Açúcar, o verde; o carnaval, o futebol, a capoeira, a imagem do Cristo Redentor), atrelados ao Rio de Janeiro, tudo isso sendo ao mesmo um “tempero discursivo” a mais para a venda desses métodos e nomear a língua que, nessa lógica, não faz parte do mesmo universo simbólico de Portugal. Merece destaque a imagem de homem e mulher que circulam frequentemente nestas capas, sem quase nenhuma roupa sobre seus corpos, como é comum no universo que podemos definir como imageria discursiva no ensino (SANTOS, 2015) acerca da língua e da cultura brasileiras.

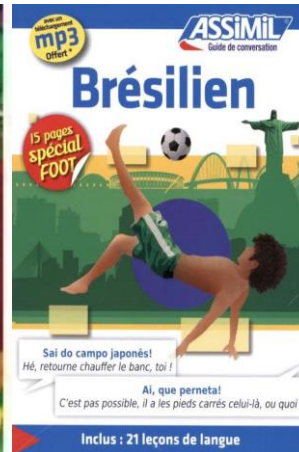
Seja na praia, na capoeira ou no carnaval, a mulher e o homem brasileiros (de pele bronzeada) são discursivizados no universo da dança e do futebol. É nesse movimento de nomeação da língua que os mesmos métodos prometem um aprendizado linguístico-cultural (afinal é pela língua que se chega a uma cultura) adquirido às pressas: *tout de suite* (07, 10)/*en deux à trois semaines* (10)/ *simplifié* (09)/ *en voyage* (11). Por outro lado, estes manuais de bolso funcionam como uma espécie de guia de sobrevivência para turista, sobretudo em um contexto marcado pelos últimos grandes eventos que vêm ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro: XXVIII Jornada Mundial da Juventude (2013) com a presença do Papa, Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos, previstos para 2016.



(Fig.08)

(Fig.09)

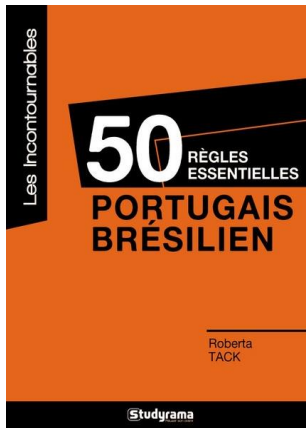
(Fig.10)



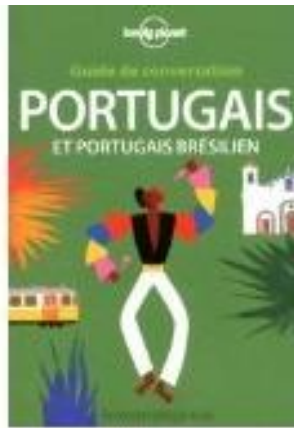
(Fig.11)

(Fig.12)

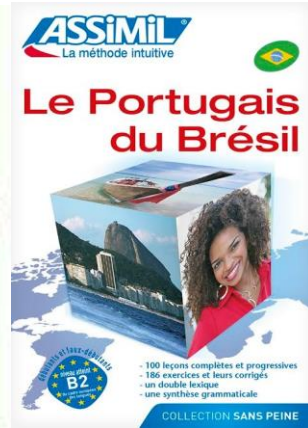
Diferenciando-se dos dois primeiros grupos analisados, temos a seguir os casos nos quais aparece o vocábulo *portugais* sem serem considerados diretamente como duas línguas diferentes: *Portugais Brésilien*, *Portugais et portugais brésilien*, *Le portugais du Brésil*, *Le portugais du Portugal et du Brésil* ou *Pratiquez le Portugais* (sabemos que se trata das duas variantes pela imagem do Rio e da bandeira do Brasil). É recorrente a imagem de cartões postais do Brasil e de Portugal confirmando nossas análises anteriores. Porém, vale ressaltar a forma de nomeação que difere das anteriores. Os termos *Brésilien* e *du Brésil* não funcionam como nome de língua, mas como identificador da variante linguística. Na Figura 14, não há explicitamente nenhum indício de que se trata de duas variantes linguísticas a não ser pelo sintagma “*portugais brésilien*” opondo-se a *PORTUGAIS*. Mesmo as imagens podem ser associado tanto a Portugal quanto ao Brasil. O nome da língua em caixa alta sugere tratar-se da variante de Portugal, seja a) pela mais conhecida oposição dos dois países nestas capas, b) pela própria palavra em caixa alta e c) através da supressão do adjetivo gentílico *portugais* para designar a língua e d) pelo fato de, no espaço de enunciação francês, pelo que percebemos até aqui, o uso do termo *portugais* nesse contexto diz respeito ao PE. Outra questão ainda diz respeito à estética publicitária. Em termos de *marketing* publicitário, não cai bem títulos em livros repetindo a mesma palavra, ainda que uma seja o nome e outra, seu adjetivo: por exemplo, “português **português**” ou “brasileiro **brasileiro**”, diferentemente de “português **brasileiro**”.



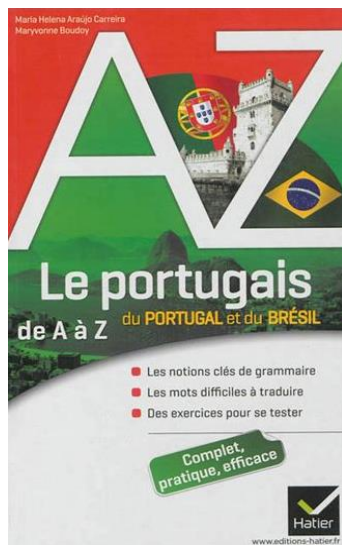
(Fig.13)



(Fig.14)



(Fig.15)



(Fig.16)



(Fig.17)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, de modo geral, se concretiza como um exercício de reflexão sobre o modo como os sujeitos refletem sobre a língua do “outro” em consonância com um imaginário cultural e identitário constituído historicamente. Para isso, partimos de uma questão central, ou seja, como a língua portuguesa falada no Brasil é nomeada no espaço de enunciação francês, para compreender as diferentes formas de nomeação do português brasileiro e os lugares em que tal nomeação se materializa. Partimos de uma reflexão mais geral, para entender a formulação dos usos cotidianos da expressão *le brésilien* na França. Em um primeiro momento, baseamo-nos nas noções antropológicas de *experiência* e *estranhamento*, pensadas por Souza (2007), procurando,

em seguida, flagrar os lugares de formulação daquilo que tínhamos como uma percepção: a língua que falam os brasileiros não tem o mesmo nome daquela falada pelos portugueses (nem por aqueles dos outros 8 países da CPLP que a têm como língua materna).

Foi possível pensar numa concepção discursiva de língua por meio da noção de representação, o que nos permitiu evidenciar três modos de nomeação. Primeiramente, analisamos um conjunto de capas onde o nome da língua apresenta-se como *le brésilien* associado aos símbolos que identificam o país; em seguida, nosso trajeto de análise volta-se para uma dimensão semiológica, a partir da qual identificamos elementos associados à cidade do Rio de Janeiro, à natureza e à cultura brasileira. É aí que salta aos olhos um modo específico de representação da mulher e do homem brasileiros: a nudez de seus corpos, quase sempre inscritos no universo da dança, da capoeira e da praia. Assim, é possível pensar em *língua*, em *nação* e em *povo*, tudo isso identificado pelo nome *brésilien*, ainda que, *a priori*, se trate de um manual de língua que se está à venda.

Por fim, nossas análises procuram identificar um outro modo de referir-se à língua falada pelos brasileiros: aquele constituído pela oposição marcada entre “português de Portugal” e “português do Brasil”. Nessa perspectiva, não se omite a palavra *portugais*, ao contrário, evidencia-se sua presença no sintagma, havendo dois elementos que marcam a distinção: o linguístico (*du Brésil/brésilien*) e o imagético (bandeiras e cartões postais). Outro dado importante é o fato de o nome das línguas estrangeiras, especificamente, a do Brasil, estar escrita em língua francesa, mesmo em se tratando de um manual de língua estrangeira que, conforme as abordagens internacionais (e mais atuais) de ensino de línguas, deveria ser produzido diretamente na língua alvo. O próprio tipo de manual, ao que percebemos, isenta-se dessa preocupação teórico-metodológica seja em função de sua imediatez e praticidade (típico de um guia rápido que precisa ser compreendido desde a capa) seja em função do aspecto comercial, o que parece muito fortemente permear os discursos sobre a língua oficial do Brasil e, com ela, todo um imaginário acerca destes *felizes trópicos*, para pensarmos com(tra) Claude Lévi-Strauss.

REFERÊNCIAS

ARNOUX, E. **Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842–1862): estudio glotopolítico**. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2008a.

_____. Ámbitos para el español: recorridos desde una perspectiva glotopolítica. **Reverte**, nº 6, Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba. 2008b.

_____. **El español global y la regulación de la discursividad en línea como piezas del dispositivo glotopolítico panhispánico**. In: ROCA, P.; ARNOUX, E.N (Org.), (no prelo)

_____. Reflexiones glotopolíticas: hacia la integración sudamericana. In: **Regulación política de las prácticas lingüísticas**. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

ARNOUX, E.; DEL VALLE, J. Las representaciones ideológicas del lenguaje. Discurso glotopolítico y panhispanismo. In: **Spanish in Context**, Jhon Benjamins Publishing Company, 7, 1, 2010, p. 1–24

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BAGNO, M. **Português ou Brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo, Parábola Editorial, 2001.

CASTILHO, A. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. V. I: primeiras idéias. São Paulo: Humanitas, 1998.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 8.ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas, Pontes, 2002.

_____. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista Letras – Espaços de Circulação da Linguagem**, n. 27, jul./dez. 2006, p. 47–53.

GUESPIN, L; J-B. MARCELLESI “Pour la glottopolitique”, en **Langages** 83. 1986 pp. 5–34.

LUCCHESI, D. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, v.5, n.1 e 2, p.83–112, 2006.

MARIANI, B. **Colonização lingüística**. Língua, política e religião no Brasil (séc XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (séc.XVIII). Campinas–SP: Pontes, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. V. II: Primeiros estudos. São Paulo: Humanitas, 2001.

_____. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 11–30, 2008.

MOREIRA; T. A. S. O ato de nomear: da construção da categoria de gênero até a objeção. 2010. **Anais do CNLF...** XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Caderno do CNLF, V. XIV, N. 04, Tomo 4, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p.2914–2926. Disponível em: < http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/completo_tomo_4.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2015.

OLIVEIRA, G. M. **Política linguística e internacionalização**: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trab. Linguística Aplicada*, Campinas, n. (52.2), p.409–433, jul./dez. 2013.

ORLANDI, E. P. A língua brasileira. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n. 23, p. 29–36, jan./jun., 1994.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo, Cortez. 2002.

_____. **Língua Brasileira e Outras Histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto Crátilo. 3. ed. Belém: UFPA, 2001.

RUBIO SCOLA, V. **A recepção da Análise do Discurso na Argentina durante a normalização democrática: o caso da UBA**. 2014, 150 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos–SP, 2014.

SANTOS, J. R. **Arqueologia da imagem no ensino de língua portuguesa no Brasil (1960–2010)**. 2015, 254 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos–SP, 2015.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, M. R. de. **Experiência do Outro, estranhamento de Si**: dimensões de alteridade em antropologia e psicanálise. 2006, 211 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, 2007.

ZOPPI FONTANA, M. G. O Português do Brasil como Língua Transnacional. In: Mónica ZOPPI FONTANA. (Org.). **O Português do Brasil como Língua Transnacional**. 1ed.Campinas–SP: RG– Editora, 2009, p. 13–42.

_____. Política, Estado e o Português do Brasil: uma língua do futuro?. In: TEDESCO, M. T.; MEDEIROS, V. (Org.). **Travessias nos estudos de língua portuguesa**: uma homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Gutierrez. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010, p. 229–241.